Víncula Indústria, Comércio, Importação e Exportação de Implantes S.A.

CNPJ/MF nº 01.025.974/0001-92

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 *(Valores expressos em milhares de Reais)*

Balanço patrimonial para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024 *(Em milhares de Reais - R$)*

Ativo	Nota	31/12/2025	31/12/2024	Passivo	Nota	31/12/2025	31/12/2024
Caixa e equivalentes de caixa	8	7.044	6.436	Fornecedores	15	14.751	14.946
Contas a receber de clientes	9	45.388	33.391	Passivo de arrendamento	16	2.035	3.291
Estoques	10	51.617	47.217	Empréstimos e financiamentos	17	36.717	46.286
Impostos e contribuições a recuperar	11	2.031	4.329	Salários, provisão para férias e encargos	18	8.463	6.153
Demais contas a receber		2.701	1.579	Impostos e contribuições a recolher	19	738	571
				Impostos e contribuições parcelados	20	4.507	2.697
				Adiantamentos de clientes		1.250	1.950
				Provisão para processos judiciais	23	1.550	–
				Demais contas a pagar		671	546
Total do Ativo Circulante		**108.781**	**92.952**	**Total do Passivo Circulante**		**70.682**	**76.440**
Contas a receber de clientes	9	852	232	Fornecedores	15	–	510
Depósitos judiciais		1	1	Passivo de arrendamento	16	4.697	4.863
Impostos e contribuições a recuperar	11	2.488	2.885	Empréstimos e financiamentos	17	42.058	19.889
Ativo fiscal diferido	12	62.646	61.434	Impostos e contribuições parcelados	20	12.650	7.975
Realizável a longo prazo		65.987	64.552	Provisão de incentivos à longo prazo (Plano de			
Imobilizado	13	41.045	42.401	pagamento baseado em ações)	22	1.979	1.565
Intangível	14	21.481	21.430	Provisão para processos judiciais	23	3.619	4.543
Total do Ativo Não Circulante		**62.526**	**63.831**	**Total do Passivo Não Circulante**		**65.003**	**39.345**
				Patrimônio Líquido			
				Capital social	24a	243.105	243.105
				Reserva legal	24b	21.890	21.890
				Prejuízos acumulados		(163.386)	(159.445)
				Total do patrimônio líquido		**101.609**	**105.550**
Total do Ativo		**237.294**	**221.335**	**Total do Passivo e do Patrimônio Líquido**		**237.294**	**221.335**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido - Para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2025 e 2024 *(Em milhares de Reais - R$)*

					Atribuível aos acionistas controladores		
	Nota	Capital social	Reserva de capital	Prejuízos acumulados	Ajustes de avaliação patrimonial	Total	Total do patrimônio líquido
Saldos em 1º de janeiro de 2024		**203.105**	**21.890**	**(151.292)**	**581**	**74.285**	**74.285**
Emissão de ações ordinárias	24	40.000	–	–	–	40.000	40.000
Prejuízo líquido do exercício		–	–	(8.792)	–	(8.792)	(8.792)
Outros resultados abrangentes do exercício		–	–	638	(581)	57	57
Saldos em 31 de dezembro de 2024		**243.105**	**21.890**	**(159.445)**	**–**	**105.550**	**105.550**
Prejuízo líquido do exercício		–	–	(3.941)	–	(3.941)	(3.941)
Saldos em 31 de Dezembro de 2025		**243.105**	**21.890**	**(163.386)**	**–**	**101.609**	**101.609**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do resultado - Para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2025 e 2024 *(Em milhares de Reais - R$)*

	Nota	31/12/2025	31/12/2024
Receita de vendas e serviços	**25**	**127.971**	**104.227**
Custo dos produtos vendidos e serviços prestados	26	(57.955)	(54.695)
Lucro bruto		**70.016**	**49.532**
Gerais e administrativas	26	(24.848)	(16.902)
Despesas de vendas e distribuição	26	(22.708)	(20.770)
Despesas com pesquisa e desenvolvimento	26	(1.725)	(1.639)
Perda por redução ao valor recuperável do contas a receber de clientes	26	(143)	(89)
Outras despesas (receitas) líquidas	26	(1.796)	1.935
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e dos impostos		**18.796**	**12.067**
Receitas financeiras	**27**	**1.350**	**1.329**
Despesas financeiras	27	(25.299)	(25.324)
Despesas financeiras líquidas	27	(23.949)	(23.995)
Resultado antes dos impostos		**(5.153)**	**(11.928)**
Imposto de renda e contribuição social	12	1.212	3.136
Prejuízo líquido do exercício		**(3.941)**	**(8.792)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do resultado abrangente - Para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2025 e 2024 *(Em milhares de Reais - R$)*

	31/12/2025	31/12/2024
Prejuízo líquido do exercício	**(3.941)**	**(8.792)**
Outros Resultados Abrangentes (ORA)		
Itens que podem ser subsequentemente reclassificados para o resultado		
Variação cambial em investimento em controlada no exterior	–	(57)
Resultado abrangente total do exercício	**(3.941)**	**(8.849)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa - Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 *(Em milhares de reais - R$)*

Fluxo de caixa das atividades operacionais	Nota	31/12/2025	31/12/2024
Prejuízo líquido do exercício		(3.941)	(8.792)
Ajustes para:			
Depreciação e amortização	25	10.214	9.390
Baixa de ativos fixos		661	550
Resultado na venda de ativo imobilizado	13 e 14	(292)	(789)
Provisão para perdas nos estoques	10	1.071	(213)
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	9	(143)	(89)
Encargos financeiros sobre passivo de arrendamento	16	1.061	1.086
Encargos financeiros sobre empréstimos e financiamentos	17	13.935	12.609
Imposto de renda e contribuição social diferidos	12	(1.212)	(3.136)
Ganho/perda operação de derivativos	27	–	(709)
Variação cambial não realizada, sobre empréstimos tomados	17	68	249
Provisão de incentivos de longo prazo (plano de pagamento baseado em ações)	21	414	(2.776)
Provisão para riscos	22	626	1.802
Variações em:			
Contas a receber		(12.735)	334
Estoques		(8.214)	(912)
Impostos a recuperar		2.695	1.036
Outras contas a receber		(1.122)	(11)
Fornecedores		(784)	(5.966)
Salários, provisão para férias e encargos		2.310	(2.120)
Impostos e contribuições a recolher		168	(214)
Impostos e contribuições parcelados		6.485	5.919
Adiantamentos de clientes		(700)	1.339
Outros		122	533
Fluxo de caixa líquido (utilizado)/gerado nas atividades operacionais		**10.687**	**9.120**
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Recursos provenientes de alienação de imobilizado		649	(904)
Aquisição de imobilizado e intangível	13 e 14	(4.582)	(697)
Fluxo de caixa (utilizado) nas atividades de investimento		**(3.933)**	**(1.601)**
Recursos provenientes de aporte de capital de acionistas	24	–	40.000
Recursos provenientes de novos empréstimos	17	74.781	47.409
Recursos provenientes de cessão de direitos creditórios		–	3.125
Pagamento de empréstimos e financiamentos – principal	17	(63.096)	(68.993)
Pagamento de cessão de direitos creditórios		–	(6.626)
Pagamento de passivo de arrendamento	**16**	**(3.682)**	**(3.160)**
Empréstimos e financiamentos – juros pagos	**17**	**(13.088)**	**(12.472)**
Cessão de direitos – juros pagos		–	(311)
Passivo de arrendamento – juros pagos	16	(1.061)	(1.086)
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamento		**(6.146)**	**(2.114)**
Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa		**608**	**5.405**
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	8	6.436	1.031
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	8	7.044	6.436
Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa		**608**	**5.405**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras *(Em milhares de Reais)*

1. Contexto operacional: A Víncula Indústria, Comércio, Importação e Exportação de Implantes S.A. ("Companhia" e/ou "Víncula") é uma sociedade anônima de capital fechado, domiciliada no Brasil. Sua sede está localizada na cidade de Rio Claro, Estado de São Paulo, na Avenida Brasil, 2.983, Distrito Industrial. A Companhia está envolvido na exploração do ramo da indústria, do comércio, da importação e da exportação de implantes e instrumentos médicos hospitalares.

2. Base de preparação: Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC) : As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 26 de fevereiro de 2026. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

3. Moeda funcional e moeda de apresentação: Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4. Uso de estimativas e julgamentos: Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

a. Incertezas sobre premissas e estimativas: As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2025 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo exercício estão incluídas nas seguintes notas explicativas: • Nota explicativa nº 9 – mensuração de perda de crédito esperada para as contas a receber e ativos contratuais: principais premissas na determinação da taxa média ponderada de perda. • Nota explicativa nº 12 - reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizados. • Notas explicativas nº nº 14 - teste de redução ao valor recuperável do ágio: principais premissas em relação aos valores recuperáveis. • Nota explicativa nº 23 - reconhecimento e mensuração de provisões e provisão para processos judiciais: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos. **b. Mensuração do valor justo:** Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros. Isso inclui a avaliação e responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo, incluindo os valores justos de Nível 3, com reporte diretamente ao Diretor Financeiro. A equipe de avaliação revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar valor justo, a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos das normas CPC, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma: • Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos. • Nível 2: inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços). • Nível 3: inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças. Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas na nota explicativa nº 28.

5. Base de mensuração: As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos itens mensurados a valor justo.

6. Políticas contábeis materiais: A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras. **a. Moeda estrangeira:** ***(i) Transações em moeda estrangeira:*** Transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais das entidades da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado. **b. Benefícios a empregados:** Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. **c. Receitas financeiras e despesas financeiras:** As receitas e despesas financeiras da Companhia compreendem: • Receita de juros. • Despesa de juros. • Ganhos/perdas líquidos de variação cambial sobre ativos e passivos financeiros. A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método de juros efetivos. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos em caixa futuros estimados ao longo da vida esperada do instrumento financeiro ao: • Valor contábil bruto do ativo financeiro. • Ao custo amortizado do passivo financeiro. No cálculo da receita ou da despesa de juros, a taxa de juros efetiva incide sobre o valor contábil bruto do ativo (quando o ativo não estiver com problemas de recuperação) ou ao custo amortizado do passivo. No entanto, a receita de juros é calculada por meio da aplicação da taxa de juros efetiva ao custo amortizado do ativo financeiro que apresenta problemas de recuperação depois do reconhecimento inicial. Caso o ativo não esteja mais com problemas de recuperação, o cálculo da receita de juros volta a ser feito com base no valor bruto. **d. Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. ***(i) Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente:*** A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço. Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se os critérios legais forem atendidos. ***(ii) Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido:*** Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida. O imposto diferido não é reconhecido para: • Diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil. • Diferenças temporárias relacionadas a investimentos em controladas e coligadas, na extensão que a Companhia seja capaz de controlar o momento da reversão da diferença temporária e seja provável que a diferença temporária não será revertida em futuro previsível. • Diferenças temporárias tributáveis decorrentes do reconhecimento inicial de ágio. Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios da controladora e de suas subsidiárias individualmente. A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos. Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos. **e. Estoques:** Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no princípio do custo médio ponderado. No caso dos estoques manufaturados, o custo inclui uma parcela dos custos gerais de fabricação baseado na capacidade normal de operação. **f. Imobilizado:** ***(i) Reconhecimento e mensuração:*** Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, que inclui os custos de empréstimos capitalizados, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável ("impairment"). Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado. ***(ii) Custos subsequentes:*** Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. ***(iii) Depreciação:*** A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado. Terrenos não são depreciados. As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado no exercício e exercício comparativo são as seguintes:

Equipamentos de informática	5 anos
Veículos	5 anos
Ferramentas	10 anos
Instrumentais	10 anos
Móveis e utensílios	15 anos
Benfeitorias em propriedade de terceiros em construção	20 anos
Máquinas e equipamentos	20 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado. **g. Intangível:** ***(i) Reconhecimento e mensuração:*** *Ágio:* O ágio é mensurado ao custo, deduzido das perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. *Pesquisa e desenvolvimento:* Gastos com atividades de pesquisa são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Os gastos com desenvolvimento são capitalizados somente se os custos de desenvolvimento puderem ser mensurados de maneira confiável, se o produto ou processo for tecnicamente e comercialmente viável, se os benefícios econômicos futuros forem prováveis, e se a Companhia tiver a intenção e recursos suficientes para concluir o desenvolvimento e usar ou vender o ativo. Os demais gastos com desenvolvimento são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Após o reconhecimento inicial, os gastos com desenvolvimento capitalizados são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas por redução ao valor recuperável. *Outros ativos intangíveis:* Outros ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. ***(ii) Gastos subsequentes:*** Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos, incluindo gastos com ágio gerado internamente e marcas e patentes, são reconhecidos no resultado conforme incorridos. ***(iii) Amortização:*** A amortização é calculada utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens, líquido de seus valores residuais estimados. A amortização é geralmente reconhecida no resultado. O ágio não é amortizado. As vidas úteis estimadas no exercício e exercício comparativo são as seguintes:

Desenvolvimento de projetos	10 anos
Softwares e outros ativos intangíveis	5 – 10 anos

h. Instrumentos financeiros: ***(i) Reconhecimento e mensuração inicial:*** As contas a receber de clientes são reconhecidas inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, mais ou menos, para um item não mensurado ao VJR (Valor Justo por Meio do Resultado), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. As contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação. ***(ii) Classificação e mensuração subsequente:*** *Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio:* A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem: • As políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. • Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos. • Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia. • Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados. • A frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras. As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia. Ativos financeiros - avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros Para fins dessa avaliação, o "principal" é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os "juros" são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro. A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera: • Eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa. • Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis. • O pré-pagamento e a prorrogação do prazo. • Os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo). O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas:

Ativos financeiros a VJR Ativos financeiros a Custo Amortizado	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido é reconhecido no resultado. Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por "impairment". A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o "impairment" são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido resultado.

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas: Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado. ***(iii) Desreconhecimento Ativos financeiros:*** A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro. *Passivos financeiros:* A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos

continua ➔

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 10/04/2026

ICP Brasil

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: **www.datamercantil.com.br/publicidade_legal**

continuação ☛

Víncula Indústria, Comércio, Importação e Exportação de Implantes S.A.

termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado. ***(iv) Compensação:*** Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. ***(v) Instrumentos financeiros derivativos:*** A Companhia mantém instrumentos financeiros derivativos para hedge econômico com intuito de proteger suas exposições aos riscos de variação de moeda estrangeira e taxa de juros. Derivativos embutidos são separados de seus contratos principais e registrados separadamente caso o contrato principal não seja um ativo financeiro e certos critérios sejam atingidos. Os derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as variações no valor justo são normalmente registradas no resultado. **i. Redução ao valor recuperável ("impairment"):** ***(i) Ativos financeiros não-derivativos Instrumentos financeiros e ativos contratuais:*** A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre: Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado. Investimentos de dívida mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA), quando aplicável. A Companhia também reconheceu provisões para perdas esperadas de crédito sobre recebíveis de arrendamento que são divulgados como parte do contas a receber e outros recebíveis. A Companhia mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os itens descritos abaixo, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses: Títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço. Outros títulos de dívida e saldos bancários para os quais o risco de crédito (ou seja, o risco de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro) não tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial. As provisões para perdas com contas a receber de clientes (incluindo recebíveis de arrendamentos) são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento. Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considera informações prospectivas. A Companhia presume que o risco de crédito de um ativo financeiro, inclusive as contas a receber, aumentou significativamente se este estiver com mais de 12 meses de atraso. A Companhia considera um ativo financeiro como inadimplente quando: É pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito aa Companhia, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma). As perdas de crédito esperadas para a vida inteira são as perdas esperadas com crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplemento ao longo da vida esperada do instrumento financeiro. As perdas de crédito esperadas para 12 meses são perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço (ou em um período mais curto, caso a vida esperada do instrumento seja menor do que 12 meses). O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Companhia está exposto ao risco de crédito. *Mensuração das perdas de crédito esperadas:* As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos aa Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber). *Ativos financeiros com problemas de recuperação:* Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado e os títulos de dívida mensurados ao VJORA estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro. Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis: • Dificuldades financeiras significativas do devedor. • Quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 90 dias. • Reestruturação de um valor devido a Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais. • A probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira. • O desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras. *Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial*: A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos. *Baixa:* O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. A Companhia faz uma avaliação individual sobre a época e o valor da baixa com base na existência ou não de expectativa razoável de recuperação para sua carteira de clientes. A Companhia não espera nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos. ***(ii) Ativos não financeiros:*** Em cada data de reporte, a Companhia revisa os valores contábeis de seus ativos não financeiros (exceto estoques, ativos contratuais e impostos diferidos) para apurar se há indicação de perda ao valor recuperável. Caso ocorra alguma indicação, o valor recuperável do ativo é estimado. No caso do ágio, o valor recuperável é testado anualmente. Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs. O ágio de combinações de negócios é alocado às UGCs ou grupos de UGCs que se espera que irão se beneficiar das sinergias da combinação. O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável. Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma pro rata. Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada ao ágio não é revertida. Quanto aos demais ativos, as perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. **j. Provisão para incentivos a longo prazo (Plano de pagamento baseado em ações com liquidação em caixa) :** A Companhia estabeleceu um programa de remuneração baseado em incentivos a longo prazo (ILP), destinado a recompensar e reter talentos chave da alta administração da organização, alinhando os interesses dos colaboradores com o crescimento sustentável da Companhia. Este plano oferece a possibilidade aos beneficiários de receberem pagamentos adicionais com base no valor futuro da Companhia. As Phantom Options proporcionam aos beneficiários o direito de receber pagamentos baseados em ação com liquidação obrigatória em caixa, mediante o cumprimento de determinados gatilhos estabelecidos pelo programa. Um passivo é reconhecido ao valor justo estimado da transação a ser liquidada com caixa. O valor justo é mensurado inicialmente e revisitado sempre que um fator significativo ocorrer ou a cada data-base das demonstrações financeiras, com a variação do valor justo reconhecida como outras despesas operacionais (vide nota explicativa nº 26) na demonstração do resultado. O valor justo é reconhecido como despesa ao longo do período até a data de aquisição, com o reconhecimento de um passivo correspondente. O valor justo é determinado com base no modelo binomial. Mais detalhes são apresentados na nota explicativa nº 22. **k. Arrendamentos:** No início de um contrato, a Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento. Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. ***Como arrendatário:*** No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Companhia aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais. No entanto, para os arrendamentos de propriedades, a Companhia optou por não separar os componentes que não sejam de arrendamento e contabilizam os componentes de arrendamento e não arrendamento como um único componente. A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a da data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arredamentos recebidos. O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento. O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da Companhia. Geralmente, a Companhia usa sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto. A Companhia determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado. Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem o seguinte: • pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência. • valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual. O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a Companhia alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência. Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero. A Companhia apresenta ativos de direito de uso que não atendem à definição de propriedade para investimento em "ativo imobilizado" e passivos de arrendamento em "empréstimos e financiamentos" no balanço patrimonial. ***Arrendamentos de ativos de baixo valor:*** A Companhia optou por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de ativos de baixo valor e arrendamentos de curto prazo. A Companhia reconhece os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento.

7. Novas normas contábeis e interpretações ainda não efetivas: Uma série de novas normas contábeis serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2025. A Companhia não adotou as seguintes normas contábeis na preparação destas demonstrações financeiras. **a. IFRS 18 Apresentação e Divulgação das Demonstrações Contábeis:** O IFRS 18 substituirá o CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis, e se aplica a períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. O novo padrão introduz os seguintes novos requisitos principais. • As entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias na demonstração de lucros e perdas, a saber, as categorias operacional, de investimento, de financiamento, de operações descontinuadas e de imposto de renda. As entidades também são obrigadas a apresentar um subtotal de lucro operacional recém-definido. O lucro líquido das entidades não mudará. • As medidas de desempenho definidas pela administração (MPMs) são divulgadas em uma única nota nas demonstrações financeiras. • Orientações aprimoradas são fornecidas sobre como agrupar informações nas demonstrações financeiras. Além disso, todas as entidades são obrigadas a usar o subtotal do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa ao apresentar fluxos de caixa operacionais pelo método indireto. A Companhia ainda está no processo de avaliação do impacto do novo padrão, particularmente com relação à estrutura da demonstração de lucros e perdas da Companhia, a demonstração dos fluxos de caixa e as divulgações adicionais exigidas para MPMs. A Companhia também está avaliando o impacto sobre como as informações são agrupadas nas demonstrações financeiras, incluindo itens atualmente rotulados como 'outros'. **b. Outras Normas Contábeis:** Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia: • Ausência de conversibilidade (alterações ao CPC 02); • Classificação e mensuração de instrumentos financeiras (alterações IFRS 9 e IFRS 7). **c. Mudanças nas principais políticas contábeis:** O Grupo não teve quaisquer alterações em suas políticas contábeis em relação as aplicadas nas demonstrações financeiras consolidadas em e para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024.

8. Caixa e equivalentes de caixa:	**31/12/2025**	**31/12/2024**
Caixa e bancos	6.716	5.201
Aplicações financeiras	328	1.235
Total	**7.044**	**6.436**

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. Esses investimentos financeiros referem-se substancialmente a Certificados de Depósitos Bancários (CDB) e fundos de renda fixa, remunerados por taxas do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) com uma média de 98% a 105% em 2025 e 2024.

9. Contas a receber de clientes:	**31/12/2025**	**31/12/2024**
Contas a receber nacional	48.215	35.497
Contas a receber internacional	172	130
Subtotal	**48.387**	**35.627**
(–) Perdas por redução ao valor recuperável do contas a receber de clientes	(2.147)	(2.004)
Total	**46.240**	**33.623**
Classificadas no:		
Circulante	45.388	33.391
Não circulante	852	232

O saldo de contas a receber de clientes em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, por período de vencimento, está apresentado a seguir:

	31/12/2025	**31/12/2024**
A vencer:		
Até 30 dias	11.722	8.374
Entre 31 e 90 dias	13.794	10.352
Entre 91 e 180 dias	11.210	7.746
Entre 181 e 360 dias	7.324	5.518
Acima de 361 dias	707	205
Total a vencer	**44.757**	**32.195**
Vencidos:		
Até 30 dias	1.204	1.718
Entre 31 e 90 dias	504	233
Entre 91 e 180 dias	348	71
Entre 181 e 360 dias	256	119
Acima de 361 dias	1.318	1.291
Total vencidos	**3.630**	**3.432**
Total	**48.387**	**35.627**

Títulos registrados nas contas a receber como garantia de empréstimos: A Companhia possui títulos de contas a receber dados em garantias de empréstimos e financiamentos no montante de R$ 33.203 (R$15.002 em 2024). **Perda por redução ao valor recuperável do contas a receber de clientes:** A perda por redução ao valor recuperável do contas a receber de clientes foi constituída com base em análise dos valores a receber e risco de crédito, levando em conta eventos de inadimplência que tem probabilidade de ocorrência ou eventos que já indiquem a não realização desses valores. A movimentação da provisão perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa do contas a receber é apresentada a seguir:

Saldo em 1º de janeiro de 2024	**(2.313)**
Adições	(587)
Baixas efetivas	398
Reversão	498
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**(2.004)**
Adições	(493)
Reversão	350
Saldo em 31 de dezembro de 2025	**(2.147)**

Movimentação sem efeito caixa: Houve movimentação de contas a receber de R$260 (R$ 400 em 2024) referente a venda de ativos imobilizados não efetivamente recebidos, esse efeito também pode ser observado na nota explicativa n°13 de imobilizado.

10. Estoques:	**31/12/2025**	**31/12/2024**
Produtos acabados	19.965	18.723
Produtos em elaboração	14.075	9.311
Matéria–prima	7.298	7.454
Equipamentos e peças em poder de terceiros	6.103	8.086
Auxiliar de produção	1.669	1.611
Estoque em trânsito	968	399
Demais estoques	815	616
Mercadorias para revenda	724	1.017
Total	**51.617**	**47.217**

Os saldos de produtos acabados estão sendo apresentados líquidos da provisão ao valor realizável líquido estimado no montante de R$ 1.298 (R$ 1.592 em 2024). A provisão foi reconhecida em contrapartida no resultado do exercício. A movimentação da provisão para perdas nos estoques é apresentada a seguir:

Saldo em 1º de janeiro de 2024	**(4.122)**
Reversão no exercício	213
Baixa efetiva no exercício	2.317
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**(1.592)**
Provisão no exercício	(1.071)
Baixa efetiva no exercício	1.365
Saldo em 31 de dezembro de 2025	**(1.298)**

Movimentação sem efeito caixa: Houve movimentação de estoques de R$2.743 (R$4.426 em 2024) referente a instrumentais produzidos e transferidos para o Imobilizado para uso e, por isso, não tiveram efeito caixa.

11. Impostos e contribuições a recuperar:

	31/12/2025	**31/12/2024**
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS (a)	3.262	5.511
Programa de Integração Social – PIS / Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS	722	897
Outros	535	806
Total	**4.519**	**7.214**
Classificados no:		
Circulante	2.031	4.329
Não circulante	2.488	2.885

(a) A Companhia mantém, de forma recorrente, pedidos de apropriação de créditos acumulados de ICMS por meio do sistema e-CredAc, os quais vêm sendo homologados e utilizados para compensação tributária ao longo dos exercícios. Em janeiro de 2025, foi deferido pedido de apropriação de créditos de ICMS no valor de R$ 1.702, totalmente utilizado ao longo do exercício de 2025. Em março de 2025, foi solicitado novo pedido de apropriação de créditos no montante de R$ 2.043, deferido em junho de 2025. Sendo que parte desse crédito foi utilizada durante o ano, permanecendo um saldo de R$ 708 para utilização em 2026.

12. Ativo fiscal diferido: Abaixo está demonstrado a composição do ativo fiscal diferido:

	31/12/2025	**31/12/2024**
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social sobre o lucro	186.650	182.480
Diferenças temporárias:		
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	2.147	2.004
Provisão ao valor realizável líquido dos estoques	1.298	1.592
Amortização de ágio de rentabilidade futura	(13.973)	(10.480)
Provisão para incentivos de longo prazo	1.979	1.565
Provisão para processos judiciais	5.169	4.543
Arrendamentos	3.251	2.615
Provisão para bônus	3.591	1.941
Depreciação	(6.936)	(6.911)
Outras	1.079	1.340
Total	**184.255**	**180.689**
Alíquota vigente de IRPJ e CSLL	34%	34%
Ativo fiscal diferido	62.646	61.434

A Companhia, apesar de ter prejuízos recentes e recorrentes, com base em projeções de lucros tributáveis futuros, reconheceu imposto de renda e contribuição social diferidos ativos sobre prejuízos fiscais e diferenças temporárias, que não possuem prazo-limite para utilização. O valor contábil dos ativos fiscais diferidos é revisado na data do encerramento do exercício e (se necessário) reduzido quando não for mais provável que haja lucro tributável disponível para permitir que todo o ativo, ou parte dele, seja recuperado. Com base nessas projeções de lucros tributáveis futuros, a Companhia estima realizar todo o saldo do imposto de renda e contribuição social diferidos no período de 8 anos, conforme segue:

2026	776
2027	3.452
2028	4.533
2029 em diante	53.885
	62.646

A movimentação do ativo fiscal diferido líquido está assim demonstrada:

	Saldo líquido em 1º de janeiro de 2024	**Reconhecido no resultado**	**Saldo líquido em 31 de dezembro de 2024**	**Reconhecido no resultado**	**Saldo líquido em 31 de dezembro de 2025**
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social sobre o lucro	54.860	7.183	62.043	1.418	63.461
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	786	(105)	681	49	730
Redução ao valor recuperável de ativos	277	(271)	6	(6)	–
Provisão ao valor realizável líquido dos estoques	1.401	(860)	541	(100)	441
Amortização ágio de rentabilidade futura	(2.376)	(1.188)	(3.564)	(1.188)	(4.752)
Provisões para processos	932	613	1.545	213	1.758
Provisão de incentivos a longo prazo	1.476	(944)	532	141	673
Arrendamentos	624	264	888	216	1.104
Provisão para bônus	708	(48)	660	561	1.221
Depreciação – diferença entre as depreciações contábil e fiscal	(1.324)	(1.025)	(2.349)	(9)	(2.358)
Perda (Ganho) não realizado em operações de "Hedge"	241	(241)	–	–	–
Outras provisões	693	(242)	451	(83)	368
Saldo líquido do ativo fiscal diferido	**58.298**	**3.136**	**61.434**	**1.212**	**62.646**

A reconciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social é como segue:

	31/12/2025	**31/12/2024**
Prejuízo antes do IRPJ e da CSLL	(5.153)	(11.928)
Alíquota vigente	34%	34%
Crédito de IRPJ e CSLL, de acordo com a alíquota vigente	1.752	4.056
Diferenças permanentes:		
Estoques obsoletos	(517)	(772)
Resultado de equivalência patrimonial	–	(25)
Outros	(23)	(123)
Imposto de renda e contribuição social	1.212	3.136
Taxa efetiva	24%	26%
Reconhecimento de imposto de renda e contribuição social diferidos	**1.212**	**3.136**

13. Imobilizado:

	Taxa média anual de depreciação –%	**Custo**	**Depreciação acumulada**	**31/12/2025 Líquido**	**31/12/2024 Líquido**
Equipamentos de informática	20	1.713	(1.498)	214	245
Benfeitorias em propriedade de terceiros	5	7.892	(5.034)	2.858	2.483
Móveis e utensílios	6,67	1.831	(967)	864	675
Veículos	20	108	(108)	–	–
Máquinas e equipamentos	5	27.007	(18.458)	8.549	8.797
Ferramentas	10	6.024	(3.069)	2.956	2.366
Instrumentais	10	37.937	(19.464)	18.473	20.286
Direito de uso – CPC 06(R2)	Prazo do contrato 1–10 anos	16.995	(11.138)	5.857	7.186
Imobilizado em andamento	–	1.274	–	1.274	363
Total		**100.781**	**(59.736)**	**41.045**	**42.401**

A movimentação do imobilizado é como segue:

31/12/2024						**31/12/2025**
	Líquido	**Adições**	**Baixas**	**Depreciação**	**Red. ao valor recup.**	**Transferência**	**Líquido**
Equipamentos de informática	245	62	(4)	(89)	–	–	214
Benfeitorias em propriedade de terceiros em construção	2.483	596	–	(288)	–	67	2.858
Móveis e utensílios	675	283	(1)	(100)	–	7	864
Máquinas e equipamentos	8.797	1.086	(234)	(1.110)	–	10	8.549
Ferramentas	2.366	477	(1)	(445)	17	542	2.956
Instrumentais	20.286	2.258	(420)	(3.805)	–	154	18.473
Direito de uso – CPC 06(R2)	7.186	2.307	(46)	(3.590)	–	–	5.857
Imobilizado em andamento	363	1.691	–	–	–	(780)	1.274
Total	**42.401**	**8.761**	**(706)**	**(9.427)**	**17**	**–**	**41.045**

Em 31 de dezembro de 2025, a Administração não identificou eventos que indicassem a necessidade testes de recuperabilidade dos ativos imobilizados para avaliar a eventual redução ao seu valor de recuperação. **Movimentações sem efeito caixa:** A Companhia teve adições no montante de R$5.514 (R$7.076 em 2024) que não tiveram efeito caixa, sendo R$205 (R$237 em 2024) referente a imobilizados adicionados e não efetivamente pagos, cujo o efeito pode ser visto na nota explicativa nº 15 (de fornecedores), R$2.306 (R$1.521 em 2024) referente a adição de arrendamentos (direito de uso - CPC 06(R2)), conforme nota explicativa nº 16 (de passivo de arrendamento), R$ 260 (R$ 400 em 2024) referente a venda de imobilizado não efetivamente recebido, cujo o efeito é destacado também na nota explicativa nº 9 de contas a receber, e R$2.743 (R$4.426 em 2024) cujo o efeito é percebido na rubrica de estoques, conforme nota explicativa nº 10, tratando-se de instrumentais e ferramentais de fabricação própria destinados ao ativo imobilizado. **Bens imobilizados dado em garantia de empréstimos e financiamentos:** A Companhia possui imobilizados dados em garantias de empréstimos no montante de R$ 17.131 pelo custo de aquisição do bem (R$ 20.282 em 2024).

14. Intangível:	**Amortização**	**31/12/2025**	**31/12/2024**
Ágio de rentabilidade futura – Meta Bio	–	17.466	17.466
Desenvolvimento de projetos	10% a.a.	2.760	2.758
Outros intangíveis	10% a 20% a.a.	1.255	1.206
Total		**21.481**	**21.430**

A movimentação do intangível para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 é como segue:

	31/12/2024	**Adições**	**Baixas**	**31/12/2025**
Ágio de rentabilidade futura – Meta Bio (i)	17.466	–	–	17.466
Desenvolvimento de projetos	2.758	310	(308)	2.760
Outros intangíveis	1.206	529	(480)	1.255
Total	**21.430**	**839**	**(788)**	**21.481**

(i) Ágio decorrente de aquisições. O valor do ágio, no montante de R$ 17.466, refere-se a uma operação aquisição e incorporação da Meta Bio Industria Ltda., em

continuação ☛

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 10/04/2026

ICP Brasil

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: **www.datamercantil.com.br/publicidade_legal**

continuação ☛

Víncula Indústria, Comércio, Importação e Exportação de Implantes S.A.

2014, pela Companhia. **Testes por redução ao valor recuperável ("*impairment*"):** Em 2025, a Administração realizou o teste de redução ao valor recuperável do ágio e nenhuma necessidade de constituição de provisão de redução ao valor recuperável desses ativos foi identificada. O valor recuperável foi baseado em fluxos de caixa descontados. As principais premissas utilizadas para estimar o valor recuperável estão definidas a seguir. Para a determinação do valor em uso dos ativos da Companhia foi utilizada a metodologia do fluxo de caixa descontado, calculado a partir da capitalização dos fluxos de caixa livres, descontados a uma taxa de retorno (WACC) que corresponde ao retorno exigido, considerando-se o custo médio ponderado das diferentes formas de financiamento presentes na sua estrutura de capital. Os valores atribuídos às principais premissas representam a avaliação de tendências futuras em setores relevantes e foram baseadas em dados históricos de fontes internas e externas.

	31/12/2025	31/12/2024
Taxa de desconto	17,8%	18,10%
Taxa de crescimento na perpetuidade	3,60%	3,60%

As projeções financeiras das unidades de negócios no Brasil foram elaboradas em moeda nacional. Os cálculos usam projeções de fluxo de caixa que são baseadas em orçamentos financeiros e planos de negócios elaborados pela Administração. As expectativas da Administração refletem o desempenho até o momento e são baseadas em sua experiência. A taxa de desconto foi estimada após impostos com base na taxa média ponderada histórica do custo de capital em que a UGC opera. As projeções do fluxo de caixa incluíram estimativas específicas para dez anos e uma taxa de crescimento na perpetuidade após este período. A taxa de crescimento na perpetuidade foi determinada com base na estimativa da taxa anual composta de crescimento de longo prazo do LAJIDA, a qual a Administração acredita estar consistente com a premissa que um participante de mercado utilizaria. O crescimento da receita foi projetado levando em consideração (i) envelhecimento da população brasileira; (ii) maior expectativa de vida da população local; (iii) maior número de usuários de planos de saúde; (iv) aumento da participação no mercado privado (maior valor agregado) e; (v) recomposição de preço devido reajustes da tabela SUS. Como resultado dos testes, o valor presente dos fluxos de caixa futuros gerados com o uso dos ativos da Companhia é superior ao valor em uso, portanto nenhuma perda foi reconhecida.

15. Fornecedores:	31/12/2025	31/12/2024
Fornecedores Internacionais	3.631	3.767
Fornecedores Nacionais	11.120	11.689
Total	**14.751**	**15.456**
Classificadas no:		
Circulante	14.751	14.946
Não circulante	–	510

Movimentação sem efeito caixa: A Companhia possui adições de imobilizado que ainda não foram quitadas no montante de R$205 (R$237 em 2024) que, portanto, não tiveram efeito caixa.

16. Passivo de arrendamento:	31/12/2025	31/12/2024
Passivo de arrendamento	6.732	8.154
Classificado no passivo circulante	2.035	3.291
Classificado no passivo não circulante	4.697	4.863

A movimentação do passivo de arrendamento é apresentada a seguir:

Saldo em 1º de janeiro de 2024	**9.849**
Adições/remensurações no exercício	1.522
Baixas no exercício	(57)
Juros incorridos	1.086
Pagamento de juros	(1.086)
Pagamento de principal	(3.160)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**8.154**
Adições/remensurações no exercício	2.306
Baixas no exercício	(45)
Juros incorridos	1.061
Pagamento de juros	(1.061)
Pagamento de principal	(3.683)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	**6.732**

Demonstramos abaixo o vencimento por ano do passivo de arrendamento:

Ano	
2026	2.035
2027	1.721
Após 2027	2.976
Total	**6.732**

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da Companhia. Geralmente, a Companhia usa sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto. A Companhia determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado. Demonstramos abaixo a taxa de desconto utilizada:

	31/12/2025	31/12/2024
Taxa de desconto	19,6% – 22,56%	9,5% – 25,4%

Adições sem efeito caixa: A Companhia possui adições no montante de R$ 2.306 (R$ 1.521) que não tiveram efeito caixa.

17. Empréstimos e financiamentos:

Operações	31/12/2025	31/12/2024
Capital de giro (a)	30.188	65.238
BNDES (b)	45.441	–
FINIMP (c)	681	781
FINEP (d)	–	156
Supply Finance (e)	2.465	–
Total	**78.775**	**66.175**
Classificado no passivo circulante	36.717	46.286
Classificado no passivo não circulante	42.058	19.889

(a) Operações de Capital de Giro, com a finalidade de garantir a liquidez do fluxo de caixa e taxa média equivalente de CDI + 7,5% a.a. (CDI + 7,6% a.a. em 2024). (b) Em 2025 iniciou as operações com o BNDES, com a taxa de juros de CDI + 1,5% a.a. (c) Financiamento à Importação FINIMP, cuja taxa de juros anual é de 9,1%a.a. (11,7% a.a em 2024). (d) Financiamento junto a Financiadora de Estudos e Pesquisas - FINEP, Operação encerrada em janeiro de 2025, cuja taxa de juros anual é de 4% a.a. (em 2025 e 2024). (e) Em 2025 iniciou as operações de Supply Finance, com a taxa Pré 13% a.a. Nesse tipo de operação existe a cessão do direito creditório de um fornecedor para a instituição financeira, que torna-se credor (proprietário) da dívida que o fornecedor tinha junto a Víncula, a Companhia passa, então, passa a ter obrigação de pagar a instituição financeiro, no montante do principal acrescido de 13% ao ano (taxa Pré). As operações são realizadas em moeda estrangeira (dólar e Euro). Por conta da natureza da operação ser de financiamento, classificamos essa operação dentro dessa rubrica das demonstrações financeiras.

Demonstramos abaixo o vencimento por ano dos empréstimos e financiamentos do passivo não circulante:

Ano	
2027	23.074
2028	9.417
2029 em diante	9.567
Total	**42.058**

A movimentação dos empréstimos e financiamentos está demonstrada a seguir:

Saldos em 1º de janeiro de 2024	**87.373**
Captações	47.409
Juros provisionados	12.609
Pagamento de principal	(68.993)
Pagamento de juros	(12.472)
Variação cambial realizada e não realizada	249
Saldos em 31 de dezembro de 2024	**66.175**
Captações	74.781
Juros provisionados	13.935
Pagamento de principal	(63.096)
Pagamento de juros	(13.088)
Variação cambial realizada e não realizada	68
Saldos em 31 de dezembro de 2025	**78.775**

Cláusulas contratuais restritivas ("covenants"): Os contratos de empréstimos da Companhia possuem as seguintes cláusulas restritas financeiras e não financeiras, que requerem pagamento antecipados de seu empréstimo e financiamento, tais como: (i) Descumprimento da obrigação acessória de manutenção da vigência da garantia dos contratos; (ii) Transferência, cessão ou promessa de cessão a terceiros dos direitos e obrigações decorrentes dos contratos, sem prévia e expressa anuência dos bancos; (iii) Apuração de falsidade ou inexatidão de qualquer declaração, informação ou documento que houver sido prestada, firmada ou entregue pelo emitente ou pelos avalistas ou pelos terceiros garantidores ou por quaisquer de seus prepostos ou mandatórios; (iv) Se o Emitente e/ou Avalista requerer ou tiver requerida sua insolvência civil, declaração de incapacidade, de ausência ou interdição; se ficarem impedidos, por qualquer razão de fato ou de direito, de exercerem suas atividades e/ou administrar, seus bens e/ou negócios; ou ainda, se for verificada a ocorrência de morte dos mesmos. (v) Se a Emissora sofrer quaisquer medidas judiciais ou extrajudiciais, que por qualquer forma, possam afetar negativamente as obrigações e condições das Notas Comerciais; (vi) A existência de sentença condenatória transitada em julgado em razão da prática de atos, pela CLIENTE, que importem em exploração irregular, ilegal ou criminosa do trabalho infantil, prática relacionada ao trabalho em condições análogas à escravidão ou crime contra o meio ambiente. (vii) O pedido de recuperação judicial, extrajudicial, autofalência, bem como a decretação de falência ou liquidação da CLIENTE. (viii) A não substituição da(s) Carta(s) de Fiança bancária no prazo estabelecido na Cláusula "Fiança a ser Prestada". (ix) Inclusão do Importador e/ou de suas Afiliadas, no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas (BNDT) ou, ainda, existência de débito ou ação trabalhista e/ou previdenciária que possa ensejar o cadastro no BNDT; (x) Métricas financeiras de endividamento sobre a geração de lucro operacional (Dívida Líquida/EBITDA deve manter-se menor ou igual a 2,5). (xi) Métricas financeiras de endividamento sobre a geração de lucro operacional (Dívida Líquida/EBITDA deve manter-se menor ou igual a 4,25). (xii) Métricas financeiras de geração de lucro operacional versus a despesa financeira (EBITDA / Despesa Financeira, deve manter-se maior ou igual a 1,1). (xiii) Variação do PL em relação ao encerramento do exercício de 2019 não deve reduzir mais de 15%. (xiv) Variação do PL em relação ao encerramento do exercício de 2019 não deve reduzir mais de 30%. (xv) Variação do PL em relação ao encerramento do exercício de 2023 não deve reduzir mais de 20%. (xvi) Variação do Ativo em relação ao encerramento do exercício de 2023 não deve reduzir mais de 20%. (xvii) Existência de protestos contra a Companhia.

18. Salários, provisão para férias e encargos:	31/12/2025	31/12/2024
Gratificações a pagar	4.235	2.561
Provisão para férias e encargos sociais	2.522	2.061
Salários a pagar	774	608
Instituto Nacional do Seguro Social – INSS	700	634
Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS	209	195
Outros	23	94
Total	**8.463**	**6.153**

19. Impostos e contribuições a recolher:	31/12/2025	31/12/2024
Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF	621	481
Contribuições Sociais Retidas na Fonte – CSRF	117	90
Total	**738**	**571**

20. Impostos e contribuições parcelados:	31/12/2025	31/12/2024
Instituto Nacional do Seguro Social – INSS	17.119	10.598
Outros impostos federais	38	74
Total	**17.157**	**10.672**
Classificado no passivo circulante	4.507	2.697
Classificado no passivo não circulante	12.650	7.975

Demonstramos abaixo o vencimento por ano dos impostos parcelados do passivo não circulante:

Ano	
2027	4.368
2028	4.254
2029 em diante	4.028
Total	**12.650**

A movimentação dos impostos parcelados está demonstrada a seguir:

Saldos em 1º de janeiro de 2024	**4.752**
Adições (a)	8.928
Baixas	(3.008)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	**10.672**
Adições (a)	9.999
Baixas	(3.514)
	Controladora
Saldos em 31 de dezembro de 2025	**17.157**

(a) Refere-se a novos parcelamentos de INSS realizados no período. Os saldos devedores foram parcelados em 5 anos, ao realizar a operação de foram reconhecidos 20% referente multa de mora, os saldos são corrigidos pela taxa Selic. **21. Partes relacionadas:** O controlador final da Companhia é o Pátria Brazilian Private Equity Fund IV – Fundo de Investimentos em Participações Multiestratégia e Brazilian Private Equity IV – Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, ambos representados por Pátria Investimentos Ltda. **Víncula Colômbia:** Em 2024, houve o encerramento das atividades da investida Vincula Colômbia, no mesmo ato os ativos restantes da investida tiveram a propriedade transferida para a Controladora. **Remuneração do pessoal-chave da Administração:** A remuneração do pessoal-chave da Administração inclui salários e benefícios não monetários. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a remuneração dos administradores foi no montante de R$6.368 (R$4.657 em 2024), os quais foram apropriados ao resultado na rubrica "Despesas gerais e administrativas". **Incentivos de longo prazo (ILP) :** A Companhia possui Plano de Incentivo de Longo Prazo (ILP) para determinados executivos elegíveis, com pagamento baseado em ações. A Administração realiza anualmente a avaliação do tratamento contábil e valorização das opções para registro contábil de acordo com o CPC 10 (R1) – Pagamento Baseado em Ações. A movimentação no passivo e o resultado resultante da reavaliação anual são demonstrados na nota explicativa nº 22. **22. Provisão para incentivos a longo prazo: (Plano de pagamento baseado em ações com liquidação em caixa)**: A Administração da Companhia, com base em uma avaliação do valor justo sobre o programa de incentivos à longo prazo, dedicado a alta administração, registrou provisão para cobrir a estimativa de desembolsos futuros resultantes do programa de incentivo, tendo registrado em seu balanço patrimonial os saldos:

	31/12/2025	31/12/2024
Provisão para incentivos à longo prazo	1.979	1.565
Total	**1.979**	**1.565**

O valor justo do passivo é determinado utilizando a metodologia binomial e reflete a estimativa do montante que a Companhia pagaria aos beneficiários na liquidação das opções outorgadas. A variação no valor justo é reconhecida na demonstração do resultado, impactando diretamente as despesas com incentivos a longo prazo. O pagamento de qualquer valor devido a título de Incentivo ocorrerá apenas no âmbito de um evento de liquidez decorrente de uma transferência de controle da Companhia. Por conta das características do plano, uma vez que as condições estabelecidas pelo plano sejam satisfeitas, carência e o evento de liquidez, o pagamento seja realizado pela Companhia, em dinheiro, mediante transferência eletrônica de recursos aos beneficiários na proporção das opções outorgadas de cada um dos beneficiários, a contrapartida se dá no passivo não circulante. Os contratos de outorga do Incentivo de Longo Prazo (ILP) são destinados exclusivamente a determinados executivos e representam a outorga do direito sobre valorização de investimento em eventual mudança de controle da Companhia. A movimentação está demonstrada a seguir:

Saldos em 1º de janeiro de 2024	**4.341**
Reversões	(2.776)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	**1.565**
Adições	414
Saldos em 31 de dezembro de 2025	**1.979**

A composição por programa agrupado pelo ano de outorga é apresentada a seguir:

Descrição	Valorização	Nº Opções	Ano Outorga	Ano Fim Carência	Ano Liquidação
SOP Víncula 2015	9	3.572	2015	2015	2026
SOP Víncula 2017	745	97.152	2017	2019	2026
SOP Víncula 2018	462	64.908	2018	2020	2026
SOP Víncula 2019	24	4.484	2019	2020	2026
SOP Víncula 2020	504	66.666	2020	2020	2026
SOP Víncula 2021	220	44.775	2021	2024	2026
SOP Víncula 2022	15	4.761	2022	2025	2026
Total	**1.979**	**286.318**			

As informações utilizadas na avaliação dos valores justos na data da outorga dos planos de pagamento baseado em ações são:

	31/12/2025	31/12/2024
Volatilidade esperada	53,56%	40,95%
Taxa de juros livre de risco (TJLR)	13,17%	14,95%

A volatilidade esperada foi estabelecida utilizando um *peer group* (grupo de companhias similares) que possuem informações públicas divulgadas dentro do mesmo seguimento de negócio. Em relação a taxa de juros livre de riscos (TJLR) utilizamos os contratos futuros de DI1 (Depósitos Interfinanceiros de um Dia) **23. Provisão para processos judiciais:** A Administração da Companhia, com base nos pareceres apresentados pelos assessores jurídicos, registrou provisão para cobrir prováveis perdas com os processos judiciais de natureza trabalhistas, tributários e cíveis em andamento, e assuntos classificados como obrigações legais, independentemente do desfecho esperado para as causas. **Perdas possíveis:** A Companhia é parte passiva em processos com probabilidade de perdas "possíveis", cujo valor total das causas em 31 de dezembro de 2025 é de R$ 14.644 (R$ 14.173 em 2024), sendo o montante de R$ 50 (R$ 355 em 2024) referente a processos trabalhistas, R$ 3.836 (R$ 3.633 em 2024) referente a processos cíveis e R$ 10.757 (R$ 10.185 em 2023) referente a processos tributários. Os processos cíveis são ações indenizatórias no montante de R$ 2.866 (R$ 2.612 em 2024), ações regulatórias no montante de R$ 811 (R$ 959 em 2024) e outros no montante de R$ 159 (R$ 62 em 2024). Já os riscos tributários, com probabilidade de perda avaliada como possível, referem-se a ações declaratórias que somam R$ 204 (R$ 616 em 2024) e também risco relacionado não recolhimento da contribuição compulsória referente ao Sistema S, no montante de R$ 10.553 (R$ 9.569 em 2024). **Perdas prováveis:** Os processos com probabilidade de perda avaliadas como prováveis em 31 de dezembro de 2025 e 2024, provisionados, é composto como segue:

	31/12/2025	31/12/2024
Tributárias	3.129	2.869
Trabalhistas e cíveis	2.040	1.674
Total	**5.169**	**4.543**
Classificado no passivo circulante	1.550	–
Classificado no passivo não circulante	3.619	4.543

A movimentação do exercício é apresentada a seguir:

	Controladora e consolidado
Em 1º de janeiro de 2024	**2.741**
Adições (a)	1.806
Baixas	(4)
Em 31 de dezembro de 2024	**4.543**
Adições (b)	843
Reversões	(217)
	Controladora
Em 31 de dezembro de 2025	**5.169**

(a) As adições de 2024 referem-se a materialmente a dois processos de natureza cível referentes a desacordos contratuais. (b) As adições de 2025 referem-se a materialmente a três processos de natureza cível referentes a desacordos contratuais e indenizatórias. **24. Patrimônio líquido: a. Capital social:** O capital social da Companhia em 2024 e 2025 está assim descrito:

	31/12/2024 e 31/12/2025		
Acionista	**Ações Ordinárias**	**%**	**Valor**
Pátria Brazilian Private Equity Fund IV – Fundo de Investimentos em Participações Multiestratégia	9.145.264	97,84%	237.852
Brazilian Private Equity IV – Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia	201.996	2,16%	5.253
Total	**9.347.260**		**243.105**

Em janeiro de 2024, a Companhia emitiu 1.038.983 ações ordinárias a um preço de R$ 38,50 por ação, totalizando R$ 40.000, sendo 1.016.540 ações no montante de R$ 39.136 ao acionista Pátria Brazilian Private Equity Fund IV – Fundo de Investimentos em Participações Multiestratégia e 22.443 ações no montante de R$ 864 ao acionista Brazilian Private Equity IV – Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia. **b. Reserva legal:** Quando aplicável, calculada à razão de 5% do lucro líquido apurado no exercício, ajustado nos termos da legislação societária, não podendo seu saldo acumulado exceder 20% do capital social. **c. Reserva de capital:** A reserva de capital referente a ágio de subscrição foi constituída em 2012, nos termos do parágrafo único do artigo 14 da Lei das S.A. O valor não sofreu nenhuma movimentação de novas constituições ou reversões em atos societários nos anos de 2024 e 2025. **d. Dividendo mínimo obrigatório:** Quando aplicável, calculada à razão mínima de 1% do lucro líquido apurado no exercício, será distribuída aos acionistas como dividendo anual mínimo obrigatório. Em virtude do prejuízo dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 não foram calculados dividendos mínimos obrigatórios. O saldo remanescente de lucros, após atendidas as disposições contidas nos itens anteriores, terá a destinação determinada pela Assembleia Geral de Acionistas, com base na proposta do Conselho de Administração.

25. Receita de vendas e serviços:	31/12/2025	31/12/2024
Vendas de produtos, mercadorias e serviços brutos		
Brasil – Distribuição	101.362	89.140
Brasil – Venda Direta	30.094	25.613
Exportação	924	926
Vendas de produtos e mercadorias	132.380	115.679
Impostos sobre vendas	(1.346)	(1.077)
Descontos comerciais	(2.060)	(2.395)
Devoluções	(1.003)	(7.980)
Receita líquida de vendas e serviços	**127.971**	**104.227**

26. Despesas por natureza:	31/12/2025	31/12/2024
Material consumido e gastos gerais de fabricação	(42.581)	(40.584)
Custos e despesas com pessoal	(34.400)	(29.245)
Depreciação e amortização	(10.216)	(9.390)
Serviços de terceiros	(4.203)	(3.816)
Auditoria, consultorias e honorários advocatícios	(2.762)	(2.999)
Fretes, transportes e correios	(3.566)	(3.254)
"Utilities"	(3.595)	(3.648)
Provisão para perdas nos estoques (nota 10)	(1.071)	213
Provisão para processos judiciais	(215)	(624)
Licenças e concessão de uso	(2.208)	(2.113)
Materiais uso e consumo	(1.943)	(1.567)
Despesas com viagem	(1.254)	(714)
Aluguéis de imóveis, máquinas e Equipamentos	(187)	(259)
Impostos e taxas	(327)	(233)
Provisão para perda por redução ao valor recuperável do contas a receber de clientes (nota 9)	(143)	(89)
Ganho com alienação de imobilizado	–	798
Provisão de ILP (nota 22)	(414)	2.776
Outras	(383)	2.588
	(109.175)	**(92.160)**

	31/12/2025	31/12/2024
Classificados como:		
Custo dos produtos vendidos e serviços prestados	(57.955)	(54.695)
Despesas gerais e administrativas	(24.848)	(16.902)
Despesas com vendas e distribuição	(22.708)	(20.770)
Despesas com pesquisa	(1.725)	(1.639)
Perda por redução ao valor recuperável do contas a receber de clientes	(143)	(89)
Outras (despesas) receitas líquidas	(1.796)	1.935
	(109.175)	**(92.160)**

27. Resultado financeiro líquido:	31/12/2025	31/12/2024
Variação cambial ativa	927	406
Receita de juros	262	785
Descontos obtidos	78	82
Rendimento de aplicações	83	56
Receitas financeiras	1.350	1.329
Encargos sobre empréstimo e financiamento e instrumentos financeiros	(13.935)	(12.609)
Outras despesas sobre empréstimo e financiamento	(1.227)	(2.213)
Encargos sobre antecipação de recebíveis	(345)	(1.444)
Encargos sobre operações de arrendamento mercantil	(1.061)	(1.086)
Encargos sobre parcelamentos federais	(3.083)	(2.144)
Encargos sobre pagamentos a fornecedores	(678)	(450)
Descontos financeiros concedidos	(267)	(585)
Atualização monetária de processos judiciais	(411)	(1.675)
Variação cambial passiva	(873)	(1.025)
Estruturação de empréstimo e comissão fiança	(1.215)	(223)
IOF sobre empréstimo	(1.285)	(324)
Despesa bancária	(301)	(644)
Outros	(618)	(902)
Despesas financeiras	(25.299)	(25.324)
Resultado financeiro líquido	**23.949**	**(23.995)**

28. Instrumentos financeiros: Classificação contábil e valores justos: A Companhia realiza operações envolvendo instrumentos financeiros que se destinam a captar e aplicar recursos. A administração desses instrumentos é efetuada através de políticas de controles e de estratégias operacionais, visando a liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas em relação às vigentes no mercado para operações de natureza, risco e prazo similares. Os valores apresentados como ativos e passivos financeiros são assim demonstrados por categoria:

	31 de dezembro de 2025			31 de dezembro de 2024		
Ativos	**Valor justo por meio do resultado**	**Ativo mensurado ao custo Amortizado**	**Total**	**Valor justo por meio do resultado**	**Ativo mensurado ao custo Amortizado**	**Total**
Caixa e bancos (nota 8)	–	6.716	6.716	–	5.201	5.201
Aplicações financeiras (nota 8)	–	328	328	–	1.235	1.235
Contas a receber (nota 9)	–	46.240	46.240	–	33.623	33.623
Demais contas a receber	–	2.701	2.701	–	1.579	1.579
Total	**–**	**55.985**	**55.985**	**–**	**41.638**	**41.638**

		Ativo mensurado ao custo Amortizado			Ativo mensurado ao custo Amortizado	
Passivos	**Valor justo por meio do resultado**		**Total**	**Valor justo por meio do resultado**		**Total**
Fornecedores (nota 15)	–	14.751	14.751	–	15.456	15.456
Empréstimos e financiamentos (nota 17)	–	78.775	78.775	–	66.175	66.175
Passivo de arrendamento (nota 16)	–	6.732	6.732	–	8.156	8.156
Demais contas a pagar	–	671	671	–	546	546
Total	**–**	**100.929**	**100.929**	**–**	**90.333**	**90.333**

A Administração entende que os ativos e passivos financeiros e os instrumentos financeiros demonstrados acima são reconhecidos nas demonstrações financeiras pelos seus valores contábeis e são apresentados em relação aos respectivos valores de mercado, pois o vencimento de parte substancial dos saldos ocorre em datas próximas às das demonstrações financeiras. **Hierarquia do valor justo**: Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma. • Nível 1: Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos. • Nível 2: Inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços). • Nível 3: Inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

continuação ☛

continuação

Víncula Indústria, Comércio, Importação e Exportação de Implantes S.A.

A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças. A tabela a seguir apresenta os valores contábeis, que apresentam uma aproximação dos seus valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo.

				31 de dezembro de 2025			
	Designados a valor justo	Ativos financeiros a custo amortizado	Passivos financeiros a custo amortizado	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Caixa e bancos (nota 8)	–	6.716	–	6.716	–	–	–
Aplicações financeiras (nota 8)	–	328	–	328	–	–	–
Contas a receber de clientes (nota 9)	–	46.240	–	46.240	–	–	–
Demais contas a receber	–	2.701	–	2.701	–	–	–
Total	**–**	**55.985**	**–**	**55.985**	**–**	**–**	**–**
Fornecedores (nota 15)	–	–	14.751	14.751	–	–	–
Empréstimos e financiamentos (nota 17)	–	–	78.775	78.775	–	78.775	–
Demais contas a pagar	–	–	671	671	–	–	–
Total	**–**	**–**	**94.197**	**94.197**	**–**	**78.775**	**–**

				31 de dezembro de 2024			
	Designados a valor justo	Ativos financeiros a custo amortizado	Passivos financeiros a custo amortizado	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Caixa e bancos (nota 8)	–	5.201	–	5.201	–	–	–
Aplicações financeiras (nota 8)	–	1.235	–	1.235	–	–	–
Contas a receber de clientes (nota 9)	–	33.623	–	33.623	–	–	–
Demais contas a receber	–	1.579	–	1.579	–	–	–
Total	**–**	**41.638**	**–**	**41.638**	**–**	**–**	**–**
Fornecedores (nota 15)	–	–	15.456	15.456	–	–	–
Empréstimos e financiamentos (nota 17)	–	–	66.175	66.175	–	66.175	–
Demais contas a pagar	–	–	546	546	–	–	–
Total	**–**	**–**	**82.177**	**82.177**	**–**	**66.175**	**–**

Gerenciamento dos riscos financeiros: Os principais fatores de risco inerentes às operações da Companhia são expostos a seguir: **Risco de crédito:** Decorrem da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos.

Ativos financeiros:	2025	2024
Custo amortizado		
Caixa e bancos (nota 8)	6.716	5.201
Aplicações financeiras (nota 8)	328	1.235
Contas a receber (nota 9)	46.240	33.623
Demais contas a receber	2.701	1.579
	55.985	**41.638**

As perdas por redução ao valor recuperável sobre ativos financeiros e de contrato reconhecidas no resultado foram as seguintes:

	2025	2024
(Perda)/Ganho por redução ao valor recuperável de contas a receber decorrentes de contratos com clientes	(143)	(89)

Contas a receber e outros recebíveis: A exposição da Companhia a risco de crédito é influenciada principalmente pelas características individuais de cada cliente. A Administração estabeleceu uma política de crédito na qual cada novo cliente é analisado individualmente quanto à sua condição financeira antes de a Companhia apresentar uma proposta de limite de crédito e termos de pagamento. A revisão efetuada pela Companhia inclui a avaliação de ratings externos, quando disponíveis, demonstrações financeiras, informações de agências de crédito, informações da indústria. Limites de crédito são estabelecidos para cada cliente e são revisados periodicamente. As análises realizadas pela Companhia do balanço, histórico de pagamentos e score dos clientes auxiliaram na redução do risco nas transações durante o exercício, como consequência observamos a redução do saldo de títulos vencidos. A análise da exposição da Companhia ao risco de crédito de contas a receber de clientes por faixa de vencimento está apresentada na nota explicativa nº 9. Em 31 de dezembro de 2025, a exposição ao risco de crédito para contas a receber de clientes terceiros e ativos contratuais era a seguinte.

	Valor contábil	
	2025	2024
Brasil – Distribuição	43.034	30.397
Brasil – Venda Direta	4.935	4.642
América Latina	172	130
	48.141	**35.169**

A tabela a seguir fornece informações sobre a exposição ao risco de crédito e perdas de crédito esperadas para contas a receber consolidado de clientes terceiros em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

			31 de dezembro de 2025	
Contas a receber de clientes	Taxa média ponderada de perda estimada	Saldo contábil bruto	Provisão para perda estimada	Com problemas de recuperação de crédito
A vencer	0,64%	44.757	286	Não
Vencido de 1–30 dias	6,31%	1.204	76	Não
Vencido de 31–60 dias	8,17%	208	17	Não
Vencido de 61–90 dias	39,53%	296	117	Não
Vencido de 91–360 dias	55,13%	604	333	Sim
Vencido há mais de 360 dias	100,00%	1.318	1.318	Sim
Total		**48.387**	**2.147**	

			31 de dezembro de 2024	
Contas a receber de clientes	Taxa média ponderada de perda estimada	Saldo contábil bruto	Provisão para perda estimada	Com problemas de recuperação de crédito
A vencer	1,38%	32.195	443	Não
Vencido de 1–30 dias	3,84%	1.718	66	Não
Vencido de 31–60 dias	31,31%	198	62	Não
Vencido de 61–90 dias	22,86%	35	8	Não
Vencido de 91–360 dias	70,68%	190	134	Sim
Vencido há mais de 360 dias	100,00%	1.291	1.291	Sim
Total		**35.627**	**2.004**	

Risco de mercado: Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações, têm nos ganhos da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. **Risco de variação cambial sobre ativos e passivos financeiros:** A Companhia realiza a análise de sensibilidade para avaliar os impactos das variações cambiais sobre seus passivos financeiros. Consideramos a flutuação das taxas de câmbio das moedas às quais estamos expostos, como o Dólar norte-americano (USD) e o Euro (EUR), projetando um cenário possível de valorização e desvalorização de passivos e ativos, respectivamente, dessas moedas em relação ao Real (BRL). O cenário base adotado reflete as taxas cambiais vigentes em 31 de dezembro de 2025 e 2024, bem como projeções de mercado das taxas futuras de câmbio para simular uma possível variação, utilizamos a expectativa das taxas projetadas para 31 de dezembro de 2026. Foram elaborados cenários estressados com impactos de variação nas taxas de câmbio, de modo a mensurar os possíveis efeitos nas demonstrações financeiras. As seguintes taxas de câmbio foram aplicadas:

	Taxa de fechamento		
	2026	2025	2024
BRL x USD	5,50	5,50	6,19
BRL x EUR	6,41	6,46	6,43

A tabela abaixo demonstra os eventuais impactos no resultado na hipótese dos respectivos cenários apresentados para as operações indexadas ao Dólar Norte-Americano ao Euro:

				31.12.2025
	Fator de risco	Variação	Saldo	Desvalorização
Ativos				
Contas a receber de clientes (nota 9)	USD	0%	172	–
Demais contas a receber	USD	0%	592	–
Total			**764**	**–**
	Fator de risco	**Variação**	**Saldo**	**Valorização**
Passivos				
Empréstimos e Financiamentos (nota 17)	USD	0%	(1.057)	–
Empréstimos e Financiamentos (nota 17)	EUR	1%	(2.089)	(21)
Fornecedores estrangeiros (nota 15)	USD	0%	(376)	–
Fornecedores estrangeiros (nota 15)	EUR	1%	(3.255)	(33)
Total			**(6.777)**	**(54)**

				31.12.2024
	Fator de risco	Variação	Saldo	Desvalorização
Ativos				
Contas a receber de clientes (nota 9)	USD	3%	130	(4)
Demais contas a receber	USD	3%	30	(1)
Total			**160**	**(5)**
	Fator de risco	**Variação**	**Saldo**	**Valorização**
Passivos				
Empréstimos e Financiamentos (nota 17)	USD	3%	(781)	(25)
Fornecedores estrangeiros (nota 15)	USD	3%	(1.591)	(51)
Fornecedores estrangeiros (nota 15)	EUR	1%	(2.176)	(27)
Total			**(4.548)**	**(103)**

Risco de taxa de juros: Risco de taxa de juros decorre da possibilidade de a Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia busca diversificar a captação de recursos em termos de taxas prefixadas ou pós-fixadas. **Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros:** A Companhia está exposto a riscos e oscilações de taxas de juros em suas aplicações financeiras e operações de crédito. Em consonância com a CPC 40, a Companhia realizou análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais seus instrumentos financeiros estão expostos. O cenário base adotado reflete a taxa básica de juros da economia brasileira vigentes em 31 de dezembro de 2025 e 2024, bem como projeções de mercado das taxas futuras para simular uma possível variação, utilizamos a expectativa das taxas projetadas para 31 de dezembro de 2026. Foram elaborados cenários estressados com impactos de variação nas taxas de juros, de modo a mensurar os possíveis efeitos nas demonstrações financeiras. As seguintes taxas de câmbio foram aplicadas:

	Taxa de Fechamento		
	2026	2024	2023
Taxa	12,3%	15,0%	12,2%

A tabela abaixo demonstra os eventuais impactos no resultado na hipótese dos respectivos cenários apresentados para as operações sujeitas a variação da taxa de juros:

				31.12.2025
Instrumento	Fator de risco	Variação	Saldo	Desvalorização
Ativos				
Aplicação financeira (nota 8)	CDI	2,7%	328	(9)
Total				
Instrumento	**Fator de risco**	**Variação**	**Saldo**	**Valorização**
Passivos				
Empréstimos e financiamentos (nota 17)	CDI	2,7%	(78.775)	2.127
Total			**(78.775)**	**2.127**

				31.12.2024
Instrumento	Fator de risco	Variação	Saldo	Desvalorização
Ativos				
Aplicação financeira (nota 8)	CDI	2,9%	1.235	(35)
Total			**1.235**	**(35)**
Instrumento	**Fator de risco**	**Variação**	**Saldo**	**Valorização**
Passivos				
Instrumentos financeiros derivativos	CDI	2,9%	–	–
Empréstimos e financiamentos (nota 17)	CDI	2,9%	(66.175)	(1.886)
Total			**(66.175)**	**(1.886)**

Administração de capital: A Administração procura manter um equilíbrio entre risco, retorno e liquidez na gestão de capital de giro, cujas aplicações financeiras de curto prazo estão atreladas a depósitos bancários, fundos de renda fixa e fundos de investimentos. **Risco de liquidez:** Risco de liquidez é o risco em que a Companhia poderá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações, associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a sua reputação.

		Fluxos de caixa contratuais			
	Valor Contábil	Fluxo de caixa contratual	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 5 anos
Em 31 de dezembro de 2025					
Passivos financeiros					
Empréstimos e financiamentos (nota 17)	78.775	98.565	46.470	28.390	23.705
Passivo de arrendamento (nota 16)	6.732	8.778	2.877	2.241	3.660
Demais contas a pagar	671	671	671	–	–
Fornecedores (nota 15)	14.751	14.751	14.751	–	–
Total	**100.929**	**122.765**	**64.769**	**30.631**	**27.365**

		Fluxos de caixa contratuais			
	Valor Contábil	Fluxo de caixa contratual	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 5 anos
Em 31 de dezembro de 2024					
Passivos financeiros					
Empréstimos e financiamentos (nota 17)	66.175	184.322	110.063	53.156	21.103
Passivo de arrendamento (nota 16)	8.154	3.520	1.086	840	1.594
Demais contas a pagar	546	546	546	–	–
Fornecedores (nota 15)	15.456	15.456	14.946	510	–
Total	**90.331**	**203.844**	**126.641**	**54.506**	**22.697**

Risco operacional: Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia, infraestrutura e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. **Valor justo dos instrumentos financeiros:** ***Valores estimados de mercado:*** A Companhia aplica o CPC 40 para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia de mensuração pelo valor justo, descritos no tópico de "Hierarquia do valor justo".

Luis Fernando Lenski **-** Diretor Presidente

Paulo Colucci Ducati **-** Diretor Financeiro

Gabriel Flöter de Oliveira Valim **-** Contador – CRC SP-325286/O-8

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas da **Víncula Indústria, Comércio, Importação e Exportação de Implantes S.A.,** Rio Claro – São Paulo. **Opinião com ressalva:** Examinamos as demonstrações financeiras da Víncula Indústria, Comércio, Importação e Exportação de Implantes S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada "Base para opinião com ressalva", as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Víncula Indústria, Comércio, Importação e Exportação de Implantes S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião com ressalva:** Conforme nota explicativa nº 12 às demonstrações financeiras, o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 apresenta na rubrica de ativo fiscal diferido o montante de R$ 62.646 mil (R$ 61.434 mil em 2024) reconhecido sobre prejuízos fiscais, bases negativas de contribuição social e diferenças temporárias, mantidos com base em projeções de lucros tributáveis futuros, preparadas pela Companhia. Até a conclusão de nossos trabalhos de auditoria, considerando o cenário de prejuízos recorrentes e recentes, não foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente sobre a realização do imposto de renda e contribuição social diferidos ativo registrado. Consequentemente, não foi possível determinar se havia necessidade de efetuar ajustes na referida rubrica, em 31 de dezembro de 2025, assim como nos elementos componentes das demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa do exercício findo em 31 de dezembro de 2025. Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: – Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. – Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. – Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. – Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional. - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Campinas, 26 de fevereiro de 2026

KPMG Assurance Services Ltda.
CRC 2SP-027609/O-9 F SP

Juliana de Lira Bilachi
Contadora
CRC 1SP254945/O-7